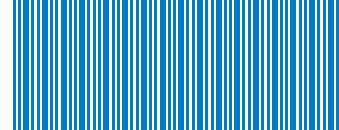


Editorial

Nossa entrevistada desta edição da revista Veras, a pedagoga Catarina Carneiro Gonçalves, professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), vem estudando o *bullying* no contexto educacional há mais de uma década. E alerta, inicialmente, para o uso muitas vezes indevido dessa expressão, importada da língua inglesa, pois, segundo ela, “o *bullying* é uma forma de violência, mas nem toda violência é *bullying*”. Diferenciando-o de outras ações violentas que acontecem no ambiente escolar, que seriam mais bem caracterizadas como incivildades ou indisciplinas, ela afirma que o *bullying* necessariamente acontece entre os pares. E conta com três elementos participantes dele: o algoz (que pode ser um grupo), a vítima (geralmente alguém fragilizado socialmente, com poucos ou nenhum amigo na turma) e a plateia, que pode ser passiva ou ativa.

Para ela, não existe uma “epidemia de *bullying*” nas escolas, embora destaque que os dados mais recentes revelam que um em cada quatro estudantes brasileiros já se sentiu vítima dele, em algum momento de sua escolarização. Isso dá a dimensão do fenômeno, que precisa ser melhor compreendido por gestores e professores, para que consigam lidar com ele. A entrevista traz alguns princípios e orientações para que os educadores, e também as famílias, aprendam a transformar a ocorrência do *bullying* em oportunidade para refletir sobre temas importantes da socialização, como empatia, acolhimento e reparação de danos.

Se não há uma epidemia de *bullying*, um fenômeno mais recente, o de ataques de pessoas armadas às escolas, este sim, vem se revelando preocupante. Coordenando um núcleo de pesquisa acadêmica que investiga a violência escolar, o Nepeve (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão sobre Violência Escolar), ela atualmente estuda os casos de ataques às escolas, uma perturbadora novidade por aqui. “Até 2023 a gente tinha 15 casos [de ataque às escolas]; só em 2023 a gente registrou 16. Então, de 2023 para cá é que esse fenômeno está em ascensão. Neste ano já foram cinco episódios no Brasil”, alerta Catarina, que está à frente de uma pesquisa patrocinada pelo Ministério da Justiça que

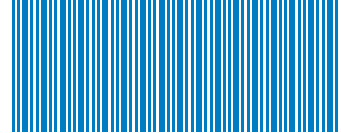


busca entender como os diversos atores sociais, como escolas, Secretarias de Educação, Assistência Social, Conselhos Tutelares, Polícia, Ministério Público etc., atuaram (ou deixaram de atuar) nesses eventos extremos.

Há, também, outros temas importantes da educação tratados nesta edição da Veras. Alinhado a essa reflexão urgente sobre como os adolescentes vivenciam as relações e as tensões no cotidiano das escolas, o artigo Os sentidos da violência e seus impactos para adolescentes do Ensino Médio público, de autoria de Pietra de Freitas, Rebecca Moura de Almeida Ferreira Carvalho e Vera Lucia Trevisan de Souza, apresenta uma investigação sobre as representações que os próprios jovens da periferia paulista elaboram sobre a violência. Ao adotar a pesquisa-intervenção-arte e utilizar episódios de animes como mediação sensível, as autoras revelam como a violência e as práticas preconceituosas muitas vezes se mostram naturalizadas ou camufladas sob o pretexto de “brincadeiras” entre pares, oferecendo a educadores e psicólogos escolares uma potente chave de escuta e mediação para quebrar esse ciclo de normalização do sofrimento.

Contudo, os limites reais e os desafios materiais que se deparam no cotidiano da educação não se restringem ao chão das salas de aula da educação básica; eles tensionam e atravessam as vidas e os corpos das próprias mulheres que dedicam suas trajetórias à produção da ciência no espaço acadêmico. Essa é a densa realidade analisada por Carine Naldi Sawtschenko Victorino e Diane Portugueses no artigo Ocupar, Resistir e Maternar – Uma Autoetnografia sobre Maternidade Tardia, Gênero e Pós-Graduação Stricto Sensu. Por meio de uma escrita em primeira pessoa pautada no rigor da autoetnografia, as autoras analisam o choque irreconciliável entre o “tempo do cuidado” materno e do puerpério com a rigidez cronológica e produtivista da pós-graduação, lançando uma necessária reflexão para gestores institucionais e agências de fomento sobre a inospitalidade da Academia e a urgência de políticas reais de equidade e permanência feminina na ciência.

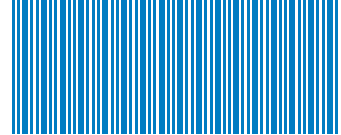
Também versa sobre a situação feminina em condições socialmente adversas o artigo Modos de enfrentamento, trabalho doméstico, sobrecarga e particularidades de mães trabalhadoras na pandemia, escrito por Luciana Maria Caetano Betânia Alves Veiga Dell’Agli, Cintia Paloma Lopes Lima, Jackeline Maria de Souza, Ana Vergínia Mangussi da Costa Fabiano, Pedro Fernando da Silva, Mariana Inés Garbarino e Livia Braga de Sá Costa. Neste, 248



mães trabalhadoras participaram da pesquisa, em que se buscou avaliar a sobrecarga de trabalho no período da Pandemia de Covid-19. Para isso, utilizou-se uma escala para avaliar os modos de enfrentamento do problema. As conclusões deste trabalho de investigação reforçam a necessidade de políticas públicas pautadas na diminuição da sobrecarga do trabalho feminino, e práticas educacionais voltadas para aprendizagem emocional que favoreçam o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento mais adaptativas.

Voltando ao âmbito das práticas escolares, a necessidade de acompanhamento das histórias de vida ganha centralidade na educação básica com o componente curricular “Projeto de Vida”, cujas implicações práticas na rede estadual são mapeadas por Itale Luciane Cericato em Projeto de Vida no Ensino Médio: perfil e necessidades formativas de professores da rede estadual paulista. A pesquisa investiga o perfil formativo e as carências metodológicas dos docentes que assumem esse componente curricular transversal, evidenciando as profundas contradições entre as diretrizes normativas das recentes reformas do Ensino Médio e as condições reais de atuação nas escolas paulistas. O trabalho oferece subsídios valiosos para que coordenadores pedagógicos e gestores planejem processos contínuos de formação continuada centrados na escola e baseados na cooperação mútua entre pares, no sentido de ajudar os estudantes a criarem seus “projetos de vida”, independentemente da existência ou não deste como componente curricular.

Por certo, os processos de autoidentificação e pertencimento que fundamentam a elaboração de projetos vitais se iniciam muito antes do Ensino Médio, tendo no corpo e nas vivências lúdicas e culturais dos primeiros anos de escolarização os seus solos originários. É sob essa lente decolonial que se posiciona o artigo “Sou um conjunto diverso”: corporalidade negra, infâncias e processos pedagógicos no Ensino Fundamental, de autoria de Rafaela Rosolem dos Santos e Fernanda Rossi. Mediante uma rica intervenção pedagógica que propiciou a crianças do 4º ano do Ensino Fundamental vivenciarem jogos e brincadeiras de matriz africana, as autoras revelam de que forma a corporalidade negra e o pertencimento étnico-racial podem ser ressignificados de maneira positiva e empoderadora na escola, servindo de inspiração para educadores implementarem as diretrizes de uma educação antirracista em suas práticas diárias.



Finalmente, as expectativas de inserção social, mobilidade econômica e valorização identitária alimentadas nos contextos do Ensino Fundamental e Médio encontram um debate de realidade quantitativo nas estruturas demográficas e de renda do país, tema do artigo Entre o imaginário e o simbólico: escolaridade e renda no Brasil segundo a PNAD contínua, escrito por Cristiano Pedroso e Larissa Pires Ribeiro. Articulando microdados populacionais da PNAD Contínua de 2025 aos referenciais da psicanálise e da psicologia evolutiva, os autores provam a robusta e contínua associação entre a escolarização superior e as maiores faixas de renda no mercado nacional, mas escancaram as disparidades raciais que persistem em limitar o acesso a tais patamares. O estudo oferece a pesquisadores e gestores um contraponto crítico crucial às promessas individualizantes de ascensão instantânea propagadas pelo imaginário digital contemporâneo, as quais desqualificam a formação escolar e mascaram exclusões estruturais.

Dos pequenos e potentes passos lúdicos no Ensino Fundamental às complexas escolhas éticas do Ensino Médio, passando pelas batalhas identitárias que se travam nas universidades, os artigos que compõem este volume da Veras compartilham, sob diferentes matrizes e contextos, um mesmo compromisso inegociável com a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, transformadora e humanizadora. Eles nos recordam que as dores da subjetividade e as barreiras da desigualdade material não devem ser tomadas como fracassos pessoais, mas como chamados urgentes para uma ação coletiva e consciente da qual professores, pesquisadores e gestores educacionais são os legítimos articuladores.

Este número contou com o trabalho atento e articulado de toda a equipe editorial da Revista Veras, cuja atuação tem sido fundamental na sustentação das diferentes etapas que compõem o processo de editoração científica, da recepção e encaminhamento dos artigos aos pareceristas à publicação dos textos aprovados. Agradecemos à equipe de avaliação, às(aos) pareceristas ad hoc, bem como às(aos) profissionais envolvidos(as) na edição de textos, revisão, normatização e editoração eletrônica, cujo trabalho criterioso assegura a qualidade e a relevância das edições publicadas.

Boa leitura!

*Regina Scarpa (Diretora-pedagógica do Instituto Vera Cruz),
Ricardo Prado e Catarina Decome Poker (editores da revista Veras)*

www.veracruz.edu.br/instituto

